



destaques do mês

Governo anuncia pacote para reduzir conta de energia

O Governo acabará com pelo menos três encargos setoriais que oneram a tarifa de energia, informou o Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão. Por enquanto, a indústria será a única beneficiada, e o custo da eletricidade pode cair até 30%. Segundo o Ministro, serão eliminadas a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), a Reserva Global de Reversão (RGR) e a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Ele afirmou que o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) também deverá ser extinto e abriu espaço para acabarem com os demais encargos. Os valores que deixarem de ser arrecadados com o setor produtivo será assumido pelo Tesouro Nacional. Em relação ao ICMS, a eventual redução das alíquotas do imposto será decisão de cada Estado. A União já sinalizou que reduzirá o PIS e a Cofins sobre a energia. Para conseguir a adesão dos Estados, o Governo negocia com os governadores medidas que possam compensar a perda de arrecadação com uma eventual redução de ICMS.. Para o Presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia Elétrica e de Consumidores Livres (Abrace), Paulo Pedrosa, esse pacote pode causar redução potencial de 15% a 30% no custo da energia para o setor. (27.07.2012 – O Estado de São Paulo)

BNDES vai liberar R\$ 20 bilhões para Estados

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciará no mês de agosto as condições de financiamento do programa Pro-Invest, que terá como foco o atendimento a projetos dos Estados Brasileiros na área de infraestrutura. A liberação de R\$ 20 bilhões já foi avalizada pelo Ministério da Fazenda. O objetivo do programa, que inicialmente terá prazo para desembolso dos recursos até janeiro de 2013, é aumentar a capacidade de investimento dos entes da Federação. A linha de crédito poderá ser utilizada também para pagar a amortização de empréstimos do Programa Emergencial de Financiamento. Os financiamentos terão como taxas a TJLP, acrescida de juros de 1,1% ao ano, se houver garantia da União, e de 2,1% ao ano, sem esta garantia. O prazo para quitação é de 20 anos e cada Estado, dentro do Pro-Invest, tem um teto de recursos para uso, de acordo com a receita e capacidade de pagamento. A Bahia é um dos Estados com maior volume de recursos do programa, R\$ 1,5 bilhão, perdendo para São Paulo, que poderá utilizar mais de R\$ 1,9 bilhão dos R\$ 20 bilhões disponíveis. (24.07.2012 – Brasil Econômico)

painel

■ ANEEL homologa o resultado do Leilão de Transmissão Nº 05/2012

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou o resultado do Leilão de Transmissão nº 05/2012 e adjudicou aos vencedores os cinco lotes disputados. Ao todo, eram seis lotes, mas o Lote F não teve interessados e deve retornar nos próximos certames a serem realizados pela Agência. Mais informações: www.aneel.gov.br

■ ANEEL promove audiências sobre novos serviços

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) promove, até setembro, audiências públicas com assuntos de interesse para os consumidores e os agentes do setor. Mais informações: www.aneel.gov.br

Presidente Dilma Rousseff quer um modelo integrado de infraestrutura

No que está chamando de agenda do crescimento, a Presidente Dilma Rousseff quer integrar os projetos de infraestrutura do País e vai lançar novas licitações de rodovias, ferrovias e portos. Para isso, encomendou aos técnicos que as licitações na área sejam articuladas. A ideia é dar maior condição de escoamento da produção, fortalecer os grandes pólos produtivos do País e gerar resultados mais rápidos para o crescimento econômico. Um dos exemplos da dinâmica a ser empreendida pelo Governo nas concessões está na Bahia, onde já existe projeto de construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (a Fiol). A extensão total do projeto, previsto no PAC, é de 1.022 km passando por Caetité, município onde há forte produção de minério. Para beneficiar o escoamento da produção, o Governo deverá anunciar uma nova modelagem de concessão que entrega à iniciativa privada a responsabilidade de construção e gestão de um novo porto, nas proximidades de Ilhéus. Foi apurado que trechos ferroviários do projeto também podem fazer parte da concessão de portos de forma vinculada. O concessionário vencedor também poderia ficar responsável pela construção de ramais ferroviários necessários para ligação de portos. O projeto da Fiol, por exemplo, deixa em aberto um pequeno trecho de cerca de 20 km para chegar ao porto de Ilhéus e que poderá ser construído como parte da concessão. (16.07.2012 – Brasil Econômico)

Codesp quer reajustar em 58% tarifa em Santos

A Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) encaminhou ao Governo Federal proposta de reajuste de 58,3% nas tarifas do porto de Santos (SP). A ideia é aplicar o aumento de forma escalonada em três fases até 2014, como forma de recompor os valores inalterados desde 2005. Desde então, a movimentação subiu 35,2% em volume, fechando em 96 milhões de toneladas em 2011. O fluxo de caixa da Codesp hoje é deficitário em cerca de R\$ 100 milhões por conta da defasagem no valor das tarifas. Segundo Renato Barco, Presidente em exercício da Estatal que administra o porto, o primeiro reajuste, de 25,2%, valeria a partir de 1º de outubro de 2012. A aplicação dos outros dois aumentos, de 12,5% cada, estaria condicionada ao cumprimento de uma série de metas por parte da Codesp. Uma delas é a execução de pelo menos 75% dos R\$ 100 milhões de recursos próprios da Estatal deste ano e do próximo. Outra condição é a garantia de que a empresa dragará o canal de navegação e os berços de atracação por dois anos, até novembro de 2014. (18.07.2012 – Valor Econômico)

■ Chamada da ANEEL estimula projetos de geração a partir de biogás

Foi publicada no Diário Oficial da União no último dia 26 a Chamada de Projeto Estratégico de P&D nº. 014/2012, para tratar dos "Arranjos técnicos e comerciais para inserção da geração de energia elétrica a partir do biogás oriundo de resíduos e efluentes líquidos na matriz energética brasileira". Mais informações: www.aneel.gov.br

Redes de 4G devem ser compartilhadas

As operadoras devem compartilhar a infraestrutura de sustentação da rede que será construída para o funcionamento da quarta geração (4G) de telefonia no País a partir do próximo ano. Para evitar a repetição dos problemas atuais que levaram a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) a suspender a venda de novos chips de 3G das piores companhias em cada Estado, o Governo pretende exigir que a nova tecnologia passe por estruturas compartilhadas desde o início da implantação. As discussões sobre o compartilhamento no 4G estão sendo feitas entre o Ministério das Comunicações e as operadoras. Atualmente, cada empresa tem suas próprias bases, torres, dutos e antenas, o que aumenta os custos do setor e reduz a eficiência do sistema. (29.07.2012 – O Estado de São Paulo)

Governo vai conceder 5,7 mil km de rodovias

Apesar da falta de definição sobre concessões em algumas áreas, como a de aeroportos, o Governo trabalha para fazer esses anúncios até o fim de agosto. Na área de rodovias, o modelo de leilão por menor tarifa de pedágio será mantido, sem o pagamento de outorga. A malha a ser concedida engloba corredores como o Brasília-Goiânia-Palmas, formado pela BR-060 e pela BR-153. Outro trecho, a BR-050, sai de Brasília e atravessa todo o Triângulo Mineiro, até a divisa com São Paulo. Em todas as estradas, além de intervenções previamente definidas na ampliação e na manutenção da malha, o Governo pretende acionar investimentos, por meio dos quais as futuras concessionárias precisarão acelerar obras como duplicação de pistas e construção de viadutos, caso o volume de tráfego supere as previsões inicialmente apontadas nos estudos. Outras rodovias com forte movimentação de cargas devem constar da nova rodada de concessões rodoviárias: a BR-101 na Bahia, a BR-262 de Belo Horizonte a Vitória, a BR-163 entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e, também, dois trechos dentro do Mato Grosso do Sul entre a BR-262 e a BR-267. O plano é que todas as concessões tenham prazo de 25 anos. (01.08.2012 – Valor Econômico)

Portos devem passar por modernização

O pacote de concessões, previsto para ser anunciado em agosto pelo Governo, pode destravar um total de R\$ 10,3 bilhões de investimentos para a modernização de terminais portuários do País. Os cálculos são da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP). A Associação diz que o montante de recursos está represado por conta de 98 contratos de exploração de terminais privados. As concessões foram assinadas antes da Lei dos Portos, de 1993, e até agora não foram adaptadas à legislação atual. O Governo vai avaliar caso a caso a situação dos 98 terminais arrendados à iniciativa privada antes da Lei 8.630/93 (a Lei dos Portos) e considera inviável licitá-los simultaneamente. Por isso, a maioria dos contratos de arrendamento, já vencidos ou às vésperas de expirar, deve ser prorrogada por até três anos, em caráter emergencial. A decisão do Governo é não ceder aos apelos do setor privado por uma renovação dos contratos, em troca da liberação de investimentos, mas o processo de licitação dos terminais pode demorar mais tempo do que previsto e só começar a partir de 2013. De acordo com a ABTP, a adaptação dos contratos traria como resultado imediato o aumento de receitas dos 19 portos públicos. (16.07.2012 – Brasil Econômico)

Energia oculta em bens triplica o gasto de brasileiro com luz

Para cada R\$ 100 pagos na conta de luz, o consumidor brasileiro gasta, sem saber, outros R\$ 200 com energia. Esse é o custo da eletricidade que vem embutido no preço dos serviços utilizados e dos bens consumidos. O cálculo foi feito pela Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), no primeiro estudo brasileiro a medir o peso da energia contida em itens como carros e imóveis. A Fipe usou uma metodologia desenvolvida pela União Europeia, chamada WIOD (World Input-Output Database). Segundo o trabalho da Fundação, a conta de luz representa apenas 32% de todo o custo de energia elétrica pago por uma família. A maior parte, 53%, está embutida nos preços de mercadorias e serviços contratados pelos consumidores. Os outros 15% estão incluídos nos preços de serviços públicos, como o transporte. O trabalho da Fipe mostra que, para cada Real pago na fatura de energia, o consumidor desembolsa outro R\$ 1,68 para custear a energia escondida nos bens. No cálculo, a Fundação usou o perfil de consumo da Pesquisa de Orçamento Familiar do IBGE. O estudo foi patrocinado pelo Projeto Energia Competitiva com o objetivo de levantar informações para convencer Governo e Congresso a desonerar a eletricidade. Entre os segmentos que participam do projeto estão as indústrias química, vidreira, de aço, de alumínio, de cloro e de ferro-liga. (18.07.2012 – Folha de São Paulo)

Investimento em infraestrutura cresce apenas 2%

Os investimentos no setor de infraestrutura continuam abaixo do esperado. No ano passado, o volume de recursos aplicados em transportes, eletricidade, petróleo e gás, telecomunicação e saneamento básico teve crescimento real de apenas 2% em relação a 2010, de R\$ 170 bilhões para R\$ 173 bilhões, segundo levantamento feito pela Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib). Para este ano, a expectativa é que os investimentos tenham desempenho um pouco melhor e alcancem R\$ 194 bilhões, aumento real na casa de 6%. Para a Abdib, enquanto o Brasil investe cerca de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) no setor, os concorrentes China e Índia aplicam algo próximo de 13% e 6%, respectivamente. Na avaliação do Presidente, Paulo Godoy, o poder público precisa acelerar as concessões de serviços públicos para atrair os investidores, nacionais e estrangeiros. O Governo deve anunciar um pacote de concessões rodoviárias e ferroviárias até o fim do mês. Em relação a saneamento básico, houve retrocesso na área, com o adiamento dos prazos para regularização dos contratos entre Municípios e companhias de saneamento dos Estados para dezembro de 2016. O setor de petróleo e gás também teve ligeiro recuo nos recursos aplicados, de R\$ 78,1 bilhões para R\$ 73,3 bilhões. Nos projetos de transportes, o volume de investimentos se manteve estável em R\$ 30 bilhões. Apenas os setores de energia elétrica e telecomunicações apresentaram evolução em 2011: cresceram 18,9% e 13,54%, respectivamente. (02.08.2012 – O Estado de São Paulo)

1. Energia Elétrica

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

Previsão para Entrada em Operação (MW)

de 15 de junho de 2012 até 31 de dezembro de 2016

Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2012	2013	2014	2015	2016	Σ
Conservador	2.209	3.612	1.323	2.302	4.039	13.485
Otimista	2.209	3.642	1.323	2.302	4.039	13.515

Usinas Termelétricas (UTE)						
Cenário	2012	2013	2014	2015	2016	Σ
Conservador	2.166	1.075	1.029	1.350	0	5.620
Otimista	2.188	2.531	1.772	2.050	0	8.541

Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2012	2013	2014	2015	2016	Σ
Conservador	1.774	1.461	108	328	0	3.670
Otimista	2.234	3.169	2.710	1.467	16	9.596

Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2012	2013	2014	2015	2016	Σ
Conservador	6.149	6.148	2.459	3.980	4.039	22.776
Otimista	6.631	9.342	5.805	5.819	4.055	31.652

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

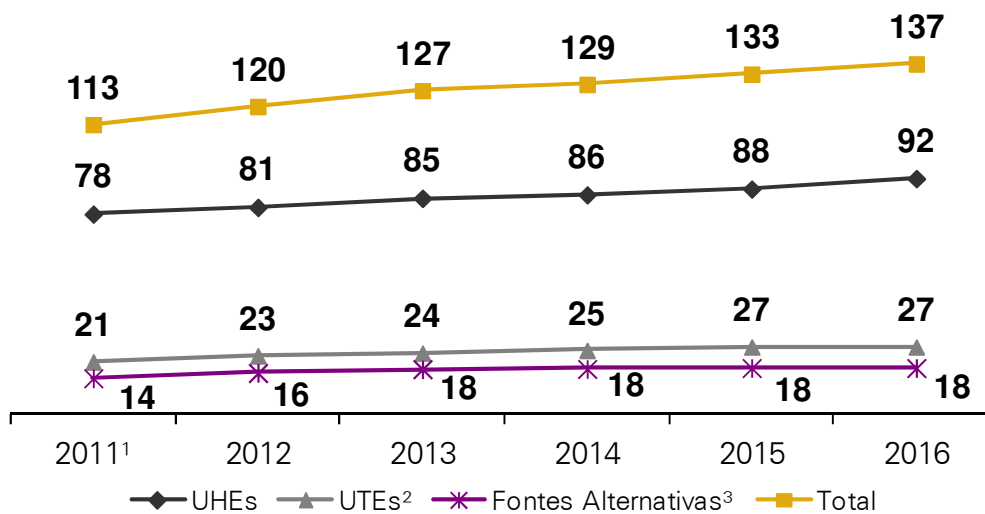
Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.

Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, o aumento de 3,2% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2016.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 31,7 mil MW no período 2012-2016. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 4,7% ao ano.

Previsão da Capacidade Instalada* (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

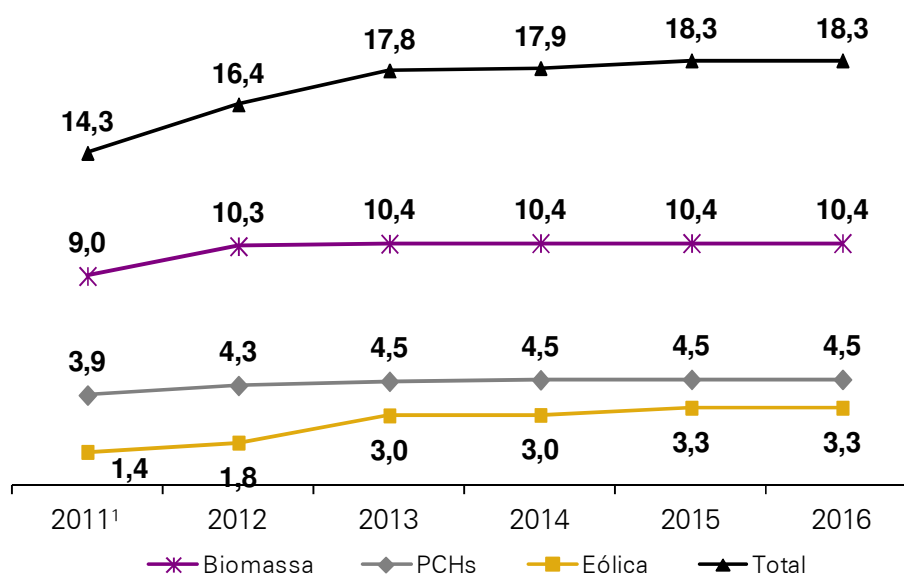
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2011.

² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.

³ PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.

* Exclui Centrais Nucleares.

Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

¹ Capacidade Instalada em 31/12/2011.

Entre 2012 e 2016, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 18% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTEs), também no cenário conservador, deve ser de 28% no mesmo período.

Em dezembro de 2011, as UHEs representavam 69% da capacidade total instalada e em 2016 deverão representar 67%. A participação na capacidade total instalada das UTEs deve aumentar de 18% para 19%.

A participação das usinas térmicas à biomassa deve permanecer em 8% e das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve permanecer em 3% em 2016.

A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas na capacidade total instalada, em 2016, deve ser de 2%.

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2012, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 6,2% e 3%.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

Das UHEs com previsão para entrar em operação até 2016, uma apresenta restrição para a contratação de 30 MW: Salto Curucaca (PR). No cenário conservador, 13,5 mil MW devem entrar em operação até 2016.

Em relação às termelétricas, apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação no cenário otimista, de 14,1 mil MW até 2016, apenas 5,6 mil MW (40%) não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

A usina hidrelétrica de Santo Antônio conta com quatro unidades geradoras em operação comercial. As unidades 5 e 6 estão em comissionamento, com previsão de geração para os próximos 30 e 45 dias, respectivamente. Essas máquinas continuarão conectadas ao Sistema Elétrico Regional Acre/Rondônia através da subestação provisória de 465 MVA. Com isso, a geração térmica da Região passa a ser gradativamente substituída por hidráulica, porém ainda restrita a 180 MW devido a adequações no sistema, que estão sendo efetivadas pela Eletrobrás.

Até outubro deste ano as oito primeiras unidades geradoras estarão operando. Com isso, estará em pleno funcionamento a primeira Casa de Força da UHE Santo Antônio, localizada na margem direita do rio Madeira.

O Consórcio prevê contar com dez a doze unidades em operação até dezembro deste ano. Os testes de comissionamento da 1ª etapa do Sistema de Transmissão do Madeira, que corresponde ao sistema Back-to-Back, foram iniciados agora, pois demandam a geração de quatro unidades de Santo Antônio. O bipolo (linha de 600 kV em corrente contínua) e as Subestações Conversoras (Porto Velho e Araraquara) não recuperaram seus atrasos. Na melhor das hipóteses, essas instalações estarão sendo testadas no final de 2012.

1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 564 MW de potência adicional até 2015. Já no cenário otimista, até 2016, devem entrar em operação 1,3 mil MW. As três pequenas centrais hidrelétricas integrantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) não têm previsão para a contratação de 32 MW previstos.

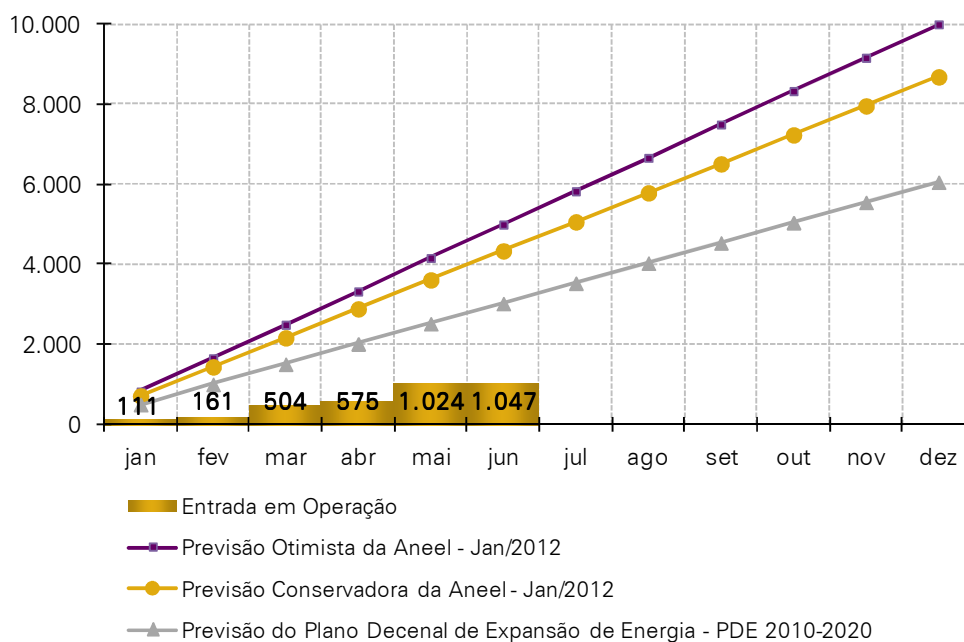
As usinas a biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 1,3 mil MW até 2014. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 1,8 mil MW até 2015. As seis usinas a biomassa integrantes do PROINFA não têm previsão para entrada em operação.

No cenário conservador, as usinas eólicas devem acrescentar 1,8 MW até 2015, sendo 93 MW (5%) referentes às usinas pertencentes ao PROINFA. Na previsão otimista, espera-se um incremento de 6,4 mil MW até 2015.

1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

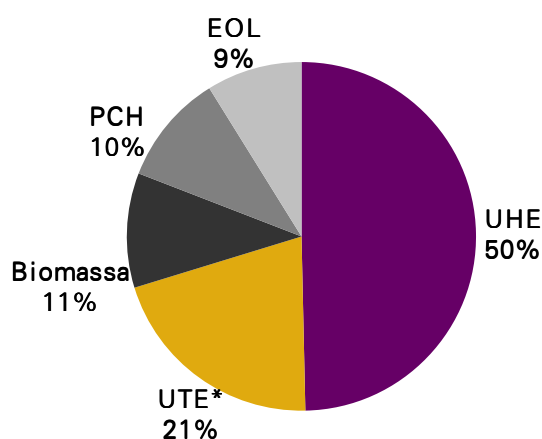
Expansão da Capacidade de Geração em 2012 (MW)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2012, até 15 de junho, entraram em operação 1.047 MW. Desse total, as UTEs representaram 21% da potência total instalada. As UHEs representaram 50% da potência total instalada, no período, com a entrada em operação de 520 MW. As PCHs e EOLs representaram cada uma, respectivamente, 10% e 9% da capacidade instalada no período. As UTEs a biomassa representam 11% da potência instalada.

Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%) De 1º de janeiro a 15 de junho de 2012



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em maio de 2012, 36.913 GWh, apresentando crescimento de 5% em relação a maio de 2011. No acumulado do ano, o crescimento também foi de 5%.

Em maio de 2012, o consumo industrial de energia elétrica foi de 15.468 GWh, valor 2% superior ao observado no mesmo mês de 2011.

Em maio, a Região Sudeste se destacou pela fraca dinâmica no consumo industrial de energia, destoando das demais Regiões, permanecendo a tendência desfavorável desde o início do ano, especialmente nas indústrias ligadas à cadeia metalúrgica e siderúrgica.

As demais Regiões apresentaram crescimento no consumo industrial em comparação com maio de 2011. As Regiões Sul, Nordeste e Norte expandiram o consumo em, respectivamente, 1%, 3% e 4%. O Centro-Oeste continua como a Região a apresentar a maior expansão mensal no consumo industrial de energia (16%). Isto ainda reflete o início de operação de novas instalações, referentes a projetos na área de mineração e ferro-níquel

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Maio 2011	Maio 2012	Var. %	Jan-Mai 2011	Jan-Mai 2012	Var. %
Residencial	9.141	9.534	4	47.138	49.204	4
Industrial	15.168	15.468	2	74.673	76.302	2
Comercial	5.998	6.427	7	31.261	33.440	7
Outras	4.914	5.484	12	25.513	27.899	9
Total	35.221	36.913	5	178.585	186.845	5

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

2. Petróleo

2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo no mês de maio de 2012 foi de 66 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume 1% inferior ao produzido no mesmo mês do ano anterior. O crescimento da produção de petróleo no acumulado do ano foi de 3% em comparação a 2011.

O grau API médio do petróleo produzido em maio de 2012 foi de aproximadamente 23,8°, sendo que 8% da produção foi considerada óleo leve (maior ou igual a 31°API), 56% foi considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 36% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).

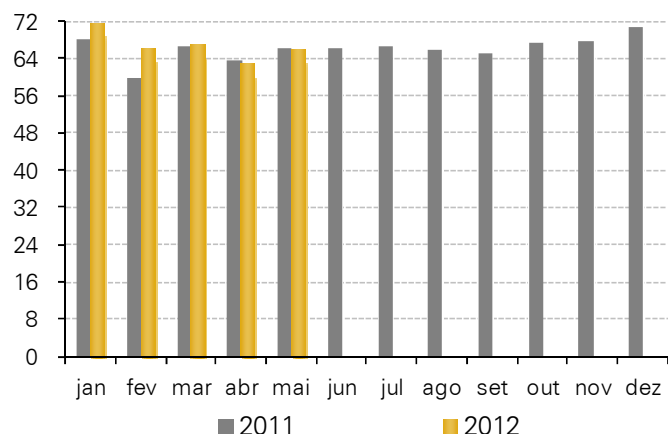
O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em maio de 2012, foi de 59 milhões bep. Esse volume foi 3% inferior ao observado em maio de 2011. No acumulado do ano, o crescimento foi de 1%.

De acordo com a ANP, em maio de 2012, cerca de 91% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.

O volume de petróleo exportado pelo País, em maio de 2012, foi de 17 milhões bep, valor 35% inferior ao exportado em maio de 2011. No acumulado do ano, esse volume foi 1% superior em comparação ao mesmo período do ano anterior.

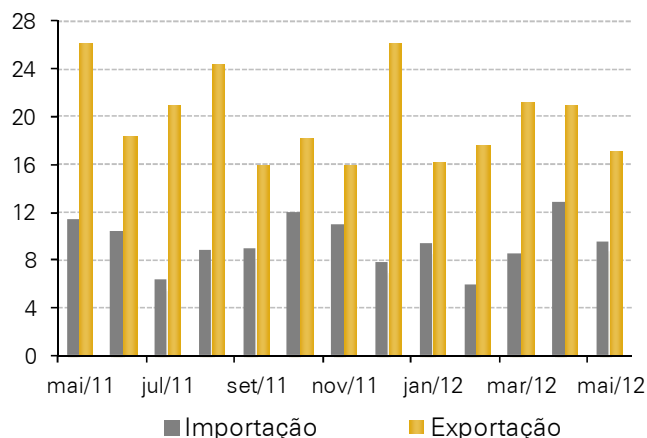
O preço médio do petróleo importado pelo País, em maio de 2012, foi de US\$ 126,54/barril, valor 1% inferior ao observado em maio de 2011.

Produção Nacional de Petróleo (milhões bep)



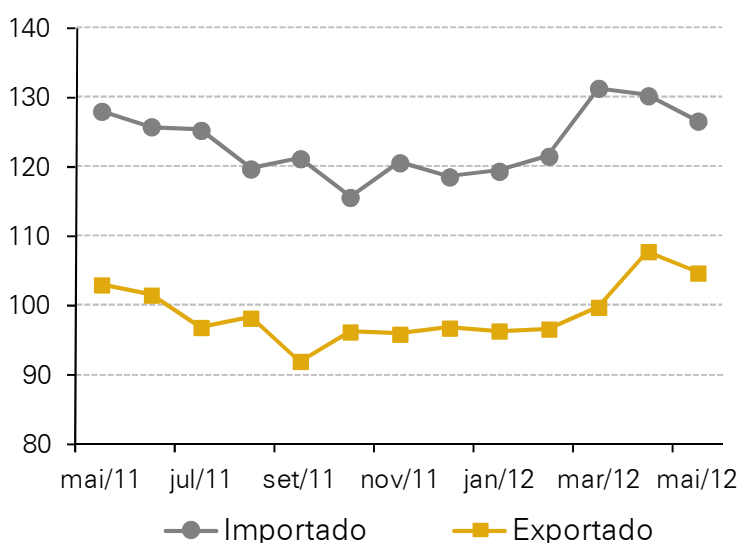
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação vs. Exportação de Petróleo (milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado (US\$ FOB/barril)

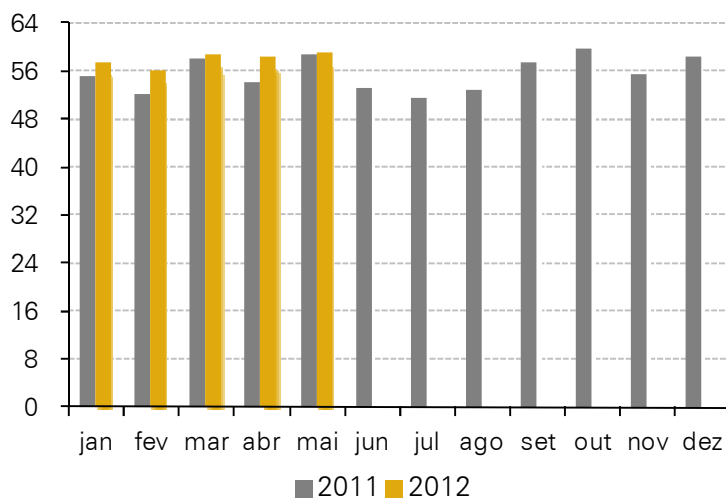


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

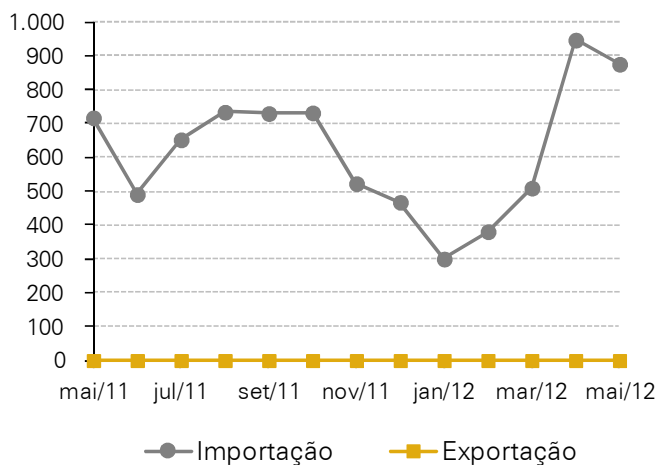
Em maio de 2012, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 59 milhões bep (1 bep equivale a 0,15 m³), valor 1% superior ao produzido em maio de 2011. Até maio de 2012, a produção apresentou aumento de 2% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Produção de Derivados de Petróleo (milhões bep)



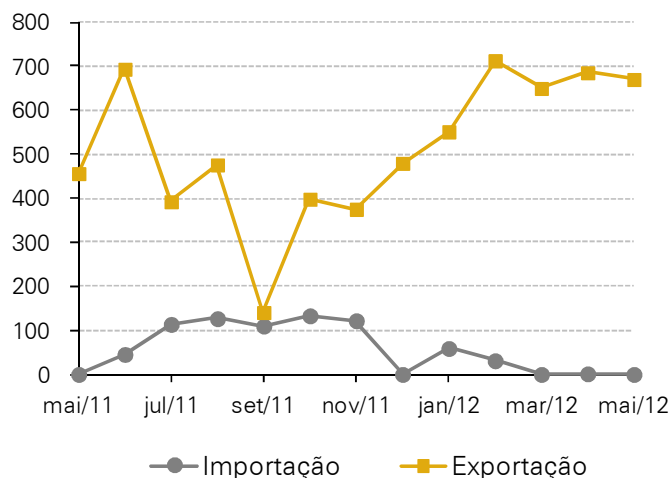
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Nafta (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Óleo Combustível (mil m³)

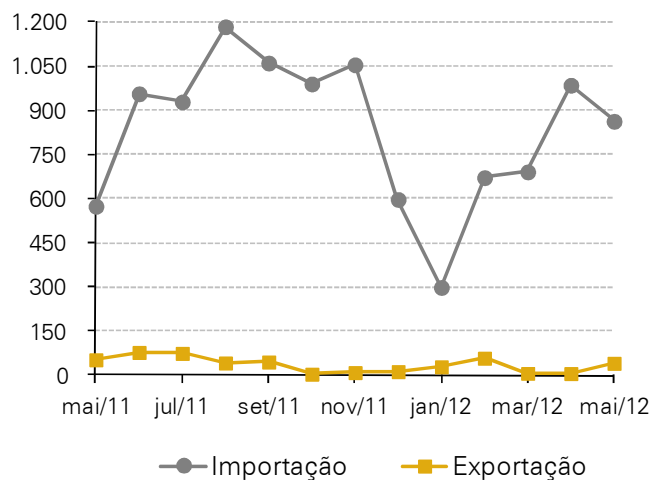


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

A importação de derivados de petróleo, em maio de 2012, foi de 15 milhões bep, valor 15% superior ao registrado em maio do ano anterior. Até maio, o volume de derivados importado foi 21% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

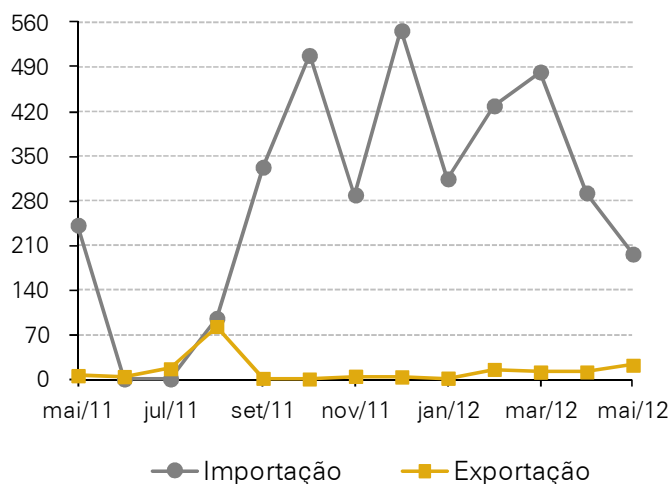
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em maio de 2012, foi constatado um total de 10 milhões bep, o que representa um volume 28% superior ao mesmo mês de 2011. No acumulado do ano, esse volume foi 12% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior.

Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa (ANP)

Em maio de 2012, o Brasil registrou uma dependência externa negativa de 3% na balança comercial de petróleo e derivados. No acumulado do ano, a dependência externa foi negativa, no valor de 6%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	mai/2011	jan-mai/2011	mai/2012	jan-mai/2012
Produção de Petróleo (a)	66	325	66	333
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-15	-38	-7	-47
Imp. Líq. de Derivados (c)	6	19	6	26
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	58	306	64	313
Dependência Externa (e)=(d-a)	-9	-19	-2	-20
Dependência Externa (%) (e)/(d)	-15	-6	-3	-6

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial (ANP)

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em maio de 2012, apresentou saldo negativo de US\$ 224 milhões FOB. Ou seja, o Brasil importou US\$ 224 milhões FOB a mais do que exportou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo havia sido positivo em US\$ 619 milhões FOB.

No acumulado do ano, a balança apresentou saldo positivo de US\$ 1 milhão FOB.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

	mai/11	jan-mai/2011	mai/12	jan-mai/2012
Petróleo				
Receita com exportação (a)	2.693	8.239	1.780	9.396
Dispêndio com importação (b)	1.321	6.208	1.217	5.849
Balança Comercial (c)=(a-b)	1.372	2.031	563	3.546
Derivados				
Receita com exportação (d)	880	3.897	1.153	4.953
Dispêndio com importação (e)	1.633	6.114	1.939	8.499
Balança Comercial (f)=(d-e)	-754	-2.217	-786	-3.546
Petróleo e Derivados				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	3.573	12.136	2.932	14.349
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	2.954	12.322	3.156	14.348
Balança Total (i)=(g)-(h)	619	-186	-224	1

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

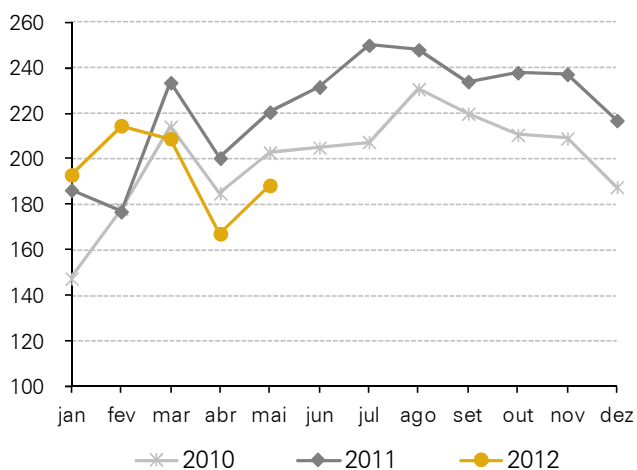
3. Biocombustíveis

3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de biodiesel, em maio de 2012, foi de 188 mil m³, montante 15% inferior ao produzido em maio de 2011. No acumulado do ano, a produção foi 5% inferior.

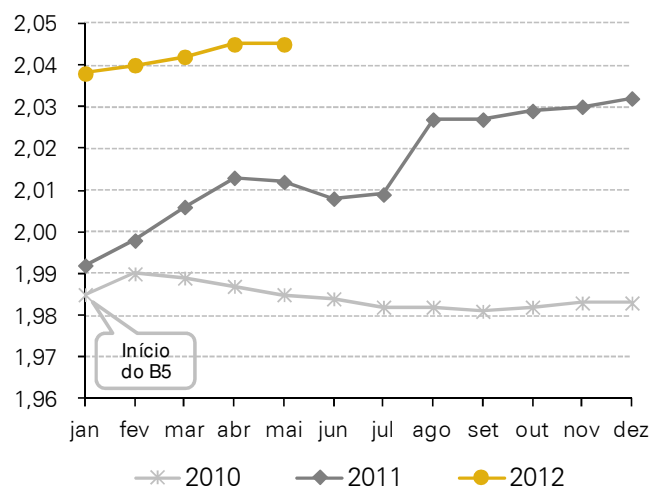
O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em maio de 2012, foi de R\$ 2,04/ ℓ, valor 1,6% superior observado em maio de 2011.

Produção de Biodiesel
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Diesel B5
(R\$/ℓ)*



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

*B2,B3,B4,B5: respectivamente, 2%,3%,4%,5% de biodiesel no óleo diesel

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2011/2012 produziu, até o dia 1º de maio de 2012, 22.701 mil m³ de álcool, sendo 14.077 mil m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (62%). Em relação ao mesmo período da safra 2010/2011, houve uma diminuição de 28% na produção de álcool hidratado.

A produção total de álcool foi 18% inferior em relação à safra anterior, puxada pela diminuição da produção do álcool hidratado.

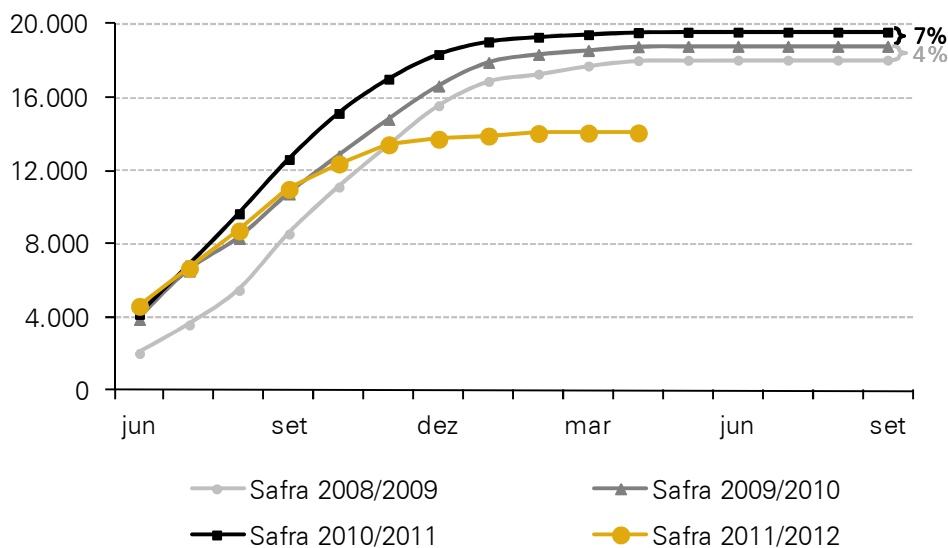
A produção de açúcar também apresentou queda. Até 1º de maio de 2012, produziu-se 35.964 mil ton de açúcar, volume 6% inferior ao observado no mesmo período da safra 2010/2011.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2010/2011 (até 1º de maio de 2011)	Safra 2011/2012 (até 1º de maio de 2012)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m ³)	8.026	8.624	7
Álcool Hidratado (mil m ³)	19.574	14.077	-28
Total Álcool (mil m³)	27.600	22.701	-18
Açúcar (mil ton)	38.174	35.964	-6

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

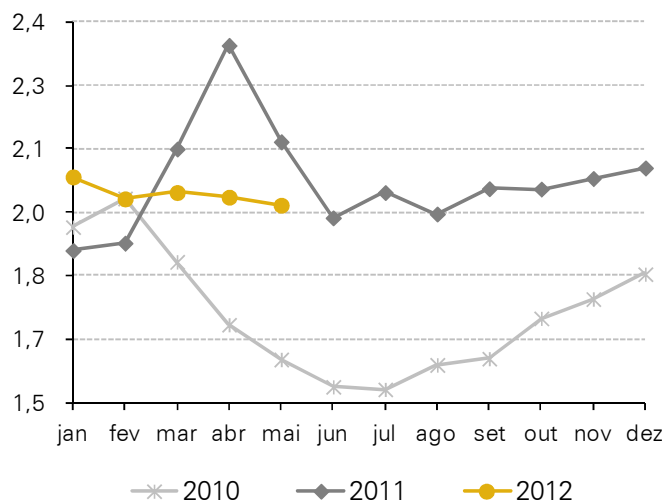
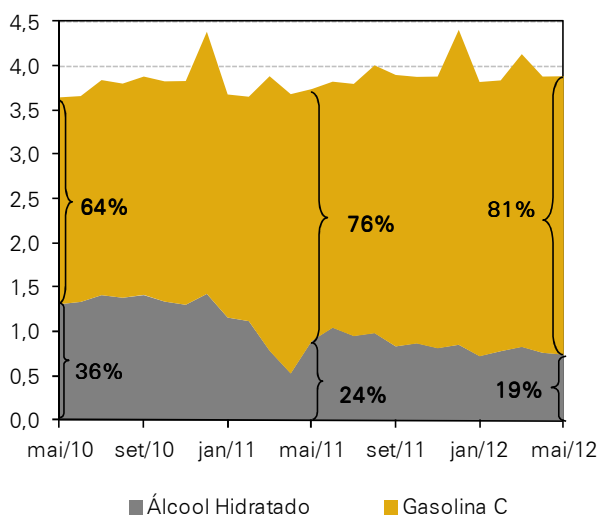
3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 747 mil m³ em maio de 2012. Esse número representa uma diminuição de 17% em relação a maio de 2011. No acumulado do ano, as vendas foram 14% inferiores às ocorridas no mesmo período do ano anterior.

Em maio de 2012, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 1,97/ℓ, valor 7% inferior ao registrado em maio de 2011.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹
(milhão m³)

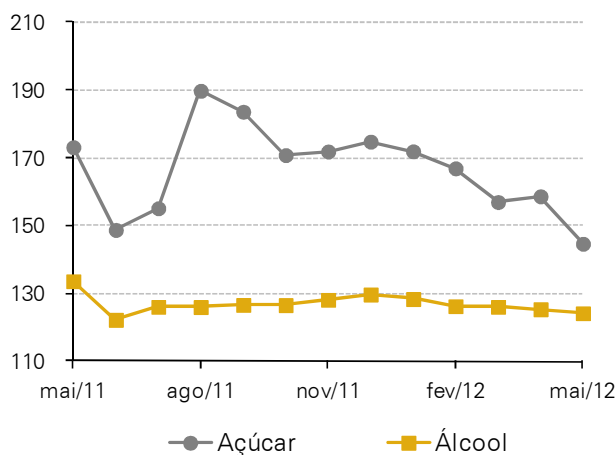
Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado
(R\$/ℓ)



¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado (jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

4. Gás Natural

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em maio de 2012, foi de 68.402 mil m³, representando um aumento de 3% comparado à média verificada em maio de 2011. No acumulado do ano, esse valor foi 6% superior ao apresentado no mesmo período de 2011.

A importação de gás natural realizada pelo País em maio de 2012 foi de 42.269 mil m³/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 86.207 mil m³/dia. Este montante é 32% superior ao observado em maio de 2011. No acumulado do ano, a oferta total de gás natural foi 18% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 36% em maio de 2012. Em maio de 2011, essa proporção havia sido de 40%.

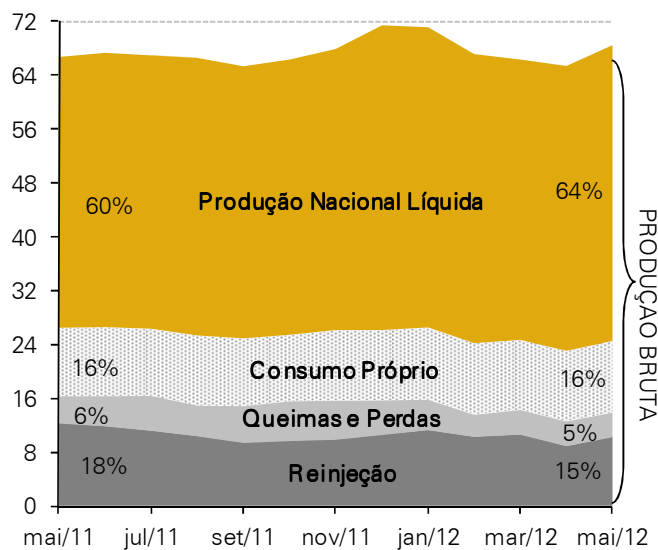
Balço do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	Média em mai/2011	Média do período jan-mai/2011	Média em mai/2012	Média do período jan-mai/2012
Produção Nacional¹	66.666	63.944	68.402	67.637
- Reinjeção	12.284	11.996	10.234	10.246
- Queimas e Perdas	4.000	4.284	3.610	3.736
- Consumo Próprio	10.153	10.077	10.619	10.555
= Produção Nac. Líquida	40.229	37.587	43.938	43.100
+ Importação	25.340	26.985	42.269	33.062
= Oferta	65.569	64.572	86.207	76.163

¹Não inclui Gás Natural Liquefeito.

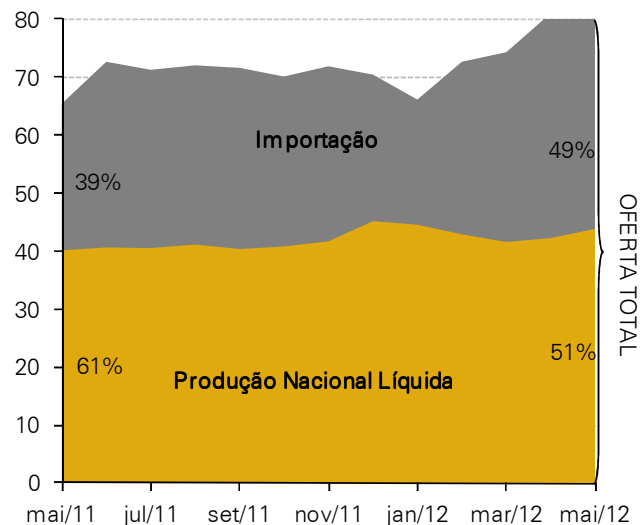
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Produção Nacional Bruta de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Oferta Total de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

4.2. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás no País em maio de 2012 foi, em média, de 58 milhões de m³/dia. Essa média é 16% superior ao volume médio diário consumido em maio de 2011. No acumulado do ano, o consumo nacional foi 14% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	médio (mil m ³ /dia)		Variação %	
	maí/12	jan-mai/2012	maí-2012/ maí-2011	Acumulado do ano
Industrial	28.810	28.409	-3	-1
Automotivo	5.300	5.330	-2	0
Residencial	908	800	-14	-2
Comercial	698	684	1	4
Geração Elétrica	15.422	12.179	66	91
Co-geração*	3.201	3.024	3	-3
Outros	3.874	1.911	321	120
Total	58.215	52.337	16	14

*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

O setor industrial, em maio de 2012, consumiu 29 milhões de m³/dia de gás natural, o que representa uma diminuição de 3% em relação ao mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, o consumo médio diário da indústria foi 1% inferior em relação ao mesmo período de 2011.

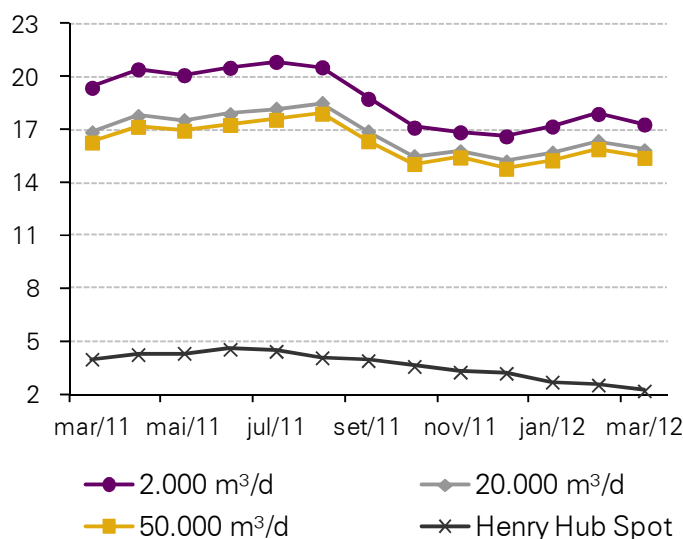
A indústria foi responsável por 49% do volume total de gás consumido em maio de 2012. O setor foi seguido pela geração elétrica responsável por 26% do consumo de gás natural em maio de 2012. No acumulado do ano, o despacho térmico cresceu 91%.

4.3. Preço do Gás Natural (MME)

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em março de 2012, foi de US\$ 16,19/MMBtu, valor 8% inferior ao apresentado em março de 2011 (US\$ 17,51/MMBtu). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em março de 2012, o preço médio ponderado do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 2,17/MMBtu, valor 45% inferior ao apresentado em março de 2011 (US\$ 3,97/MMBtu). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega no dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBtu)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

¹ Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

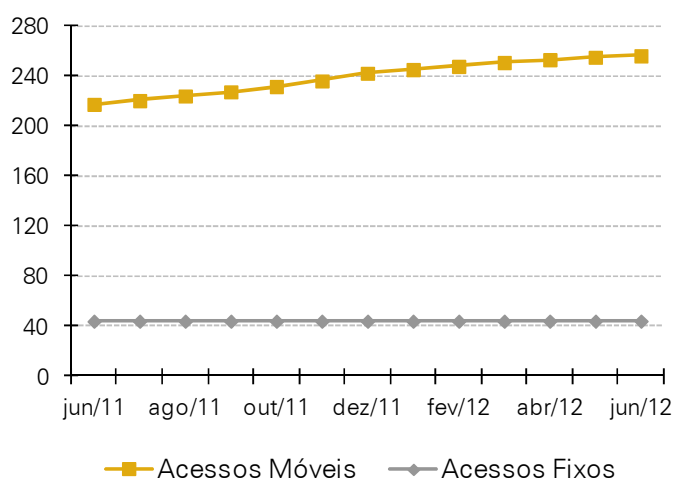
² Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

5. Telecomunicações

5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Em junho de 2012, o número de acessos móveis em operação foi de 256 milhões, montante 17% superior ao mesmo mês do ano anterior. O crescimento da quantidade de acessos tem sido de aproximadamente 1,4% ao mês.

**Evolução dos Acessos Móveis e Fixos em Operação
(milhão)**



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

Desde dezembro de 2008, os acessos fixos apresentam tendência de estagnação. Em junho de 2012, o número de acessos fixos foi de 44,2 milhões, valor similar ao averiguado em junho de 2011.

6. Transportes

6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em março de 2012, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) teve aumento de 1%, enquanto a movimentação de granel líquido foi 4% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Movimentação Total de Cargas – por natureza* (mil t)

	Período		Variação %
	Mar/2011	Mar/2012	Mar-2012 / Mar-2011
Granel Sólido (a)	41.908	42.320	1%
<i>Portos Públicos</i>	14.257	13.843	-3%
<i>TUPs</i>	27.652	28.477	3%
Granel Líquido (b)	17.976	18.608	4%
<i>Portos Públicos</i>	3.346	3.223	-4%
<i>TUPs</i>	14.629	15.384	5%
Carga Geral Solta (c)	3.466	4.049	17%
<i>Portos Públicos</i>	1.098	927	-16%
<i>TUPs</i>	2.369	3.121	32%
Total (a+b+c)	63.350	64.976	2%
<i>Portos Públicos</i>	18.701	17.993	-6%
<i>TUPs</i>	44.650	46.983	5%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

* Terminais de uso privativo (104 instalações)

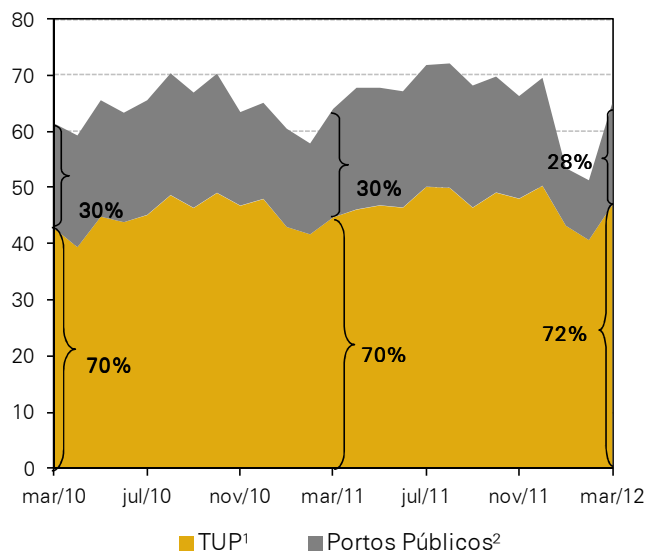
Portos públicos (33 instalações)

A movimentação total de cargas nos portos públicos e TUPs, em março de 2012, foi 2% superior em comparação com o mesmo mês do ano anterior.

Em março de 2012, os TUPs representaram 72% da movimentação total de carga nos portos e terminais. A movimentação total nos TUPs foi de 46.983 mil toneladas, volume 5% superior a março de 2011. Os portos públicos movimentaram 17.993 mil toneladas em março de 2012, volume 6% inferior ao mesmo mês do ano anterior.

A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do País em março de 2012 foi de 662.000 TEUs (*twenty-foot equivalent unit*), montante 10% inferior ao observado no mesmo mês do ano anterior.

Movimentação Total de Cargas (milhões t)

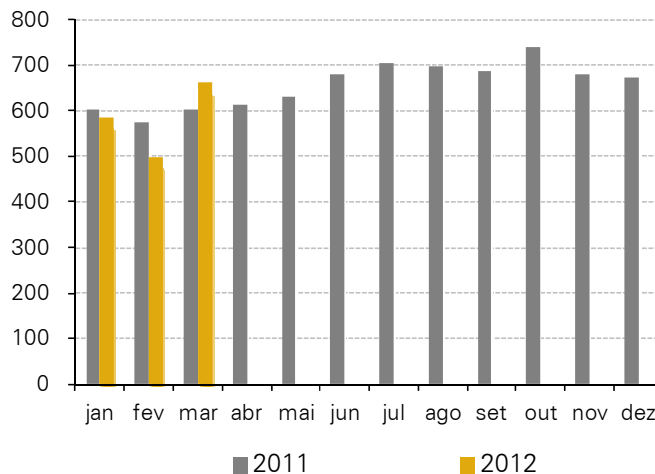


Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

¹ Terminais de uso privativo (104 instalações)

² Portos públicos (33 instalações)

Movimentação Total de Contêineres* (milhões TEUs)



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

* Terminais de uso privativo (104 instalações)

Portos públicos (33 instalações)

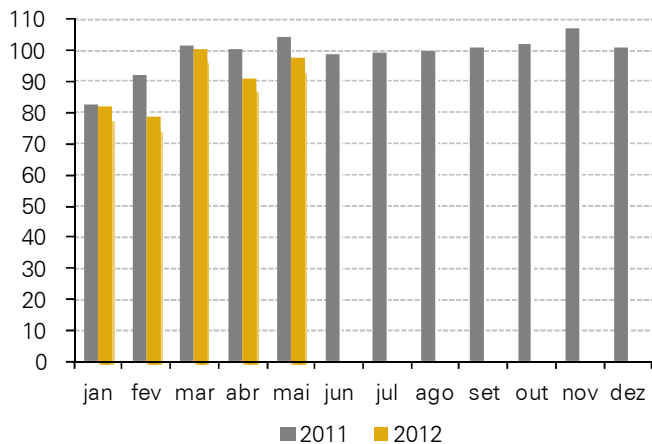
A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do País em março de 2012 foi de 662.000 TEUs (*twenty-foot equivalent unit*), montante 10% inferior ao observado no mesmo mês do ano anterior.

6.2. Transporte Aéreo (INFRAERO)

Em maio de 2012, 15,3 milhões de passageiros transitaram pelos aeroportos da Infraero, volume 6% superior à ocorrida no mesmo período de 2011. Observa-se um crescimento contínuo da movimentação dos passageiros.

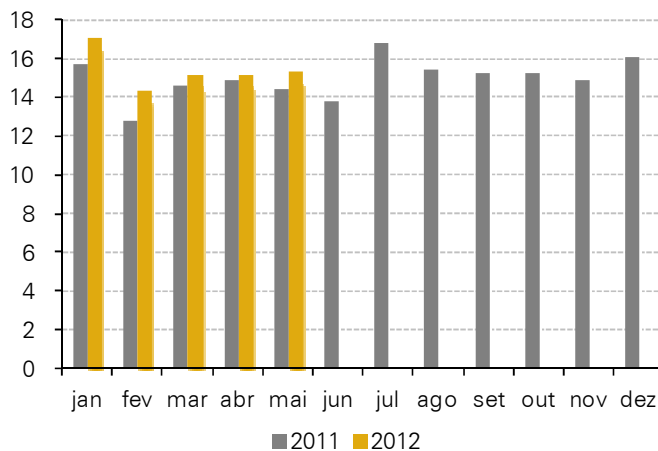
A movimentação de carga aérea total no País, em maio de 2012, foi de 97 mil toneladas, montante 7% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior

Movimentação mensal de Cargas (mil toneladas)



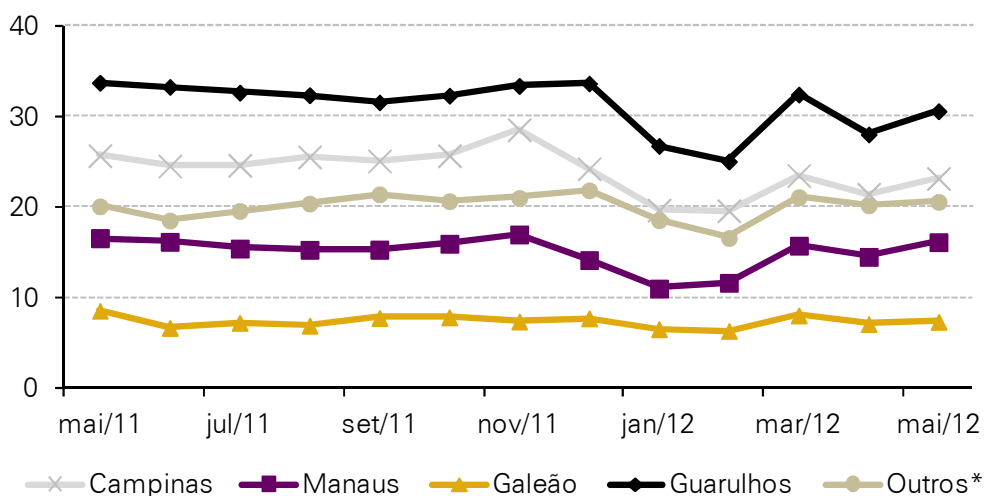
Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

Movimentação mensal de Passageiros (mil)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

Carga Aérea nos Principais Aeroportos¹ (mil toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

¹ Dados referente a carga movimentada na Rede de Terminais de Logística de Carga (TECA).

*30 demais aeroportos da rede TECA não mencionados

Movimentação Mensal e Acumulada de Passageiros nos Aeroportos*

Ano	Jan-Mai (mil)	Variação (%)	Maio (mil)	Variação (%)
2003	28.514	-	5.481	-
2004	32.083	13	6.649	21
2005	37.581	17	7.689	16
2006	42.316	13	8.630	12
2007	45.875	8	9.347	8
2008	48.160	5	10.225	9
2009	48.116	0	9.729	-5
2010	60.087	25	11.520	18
2011	72.350	20	14.399	25
2012	77.123	7	15.321	6

Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero.

* Aeroportos gerenciados pela Infraero (66 aeroportos).

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, de janeiro a maio de 2012, foi de 181 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 5% superior ao mesmo período de 2011. Nesse período, a produção carga geral não containerizada e soja e farelo de soja foram os setores que apresentaram maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias, 188% e 41% cada. O minério de ferro correspondeu a 75% do total movimentado em maio de 2012.

Movimentação de Mercadorias nas Ferrovias – Jan-Mai

Ano	2011	2012	Variação (%)
Mercadoria	Jan-Mai (mil TU)	Jan-Mai (mil TU)	
Minério de Ferro	132.439	136.978	3
Soja e Farelo de Soja	9.400	13.230	41
Indústria Siderúrgica	6.952	6.912	-1
Carvão/Coque	4.946	4.640	-6
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	3.498	4.098	17
Grãos Minerais	4.045	3.892	-4
Produção Agrícola (exceto soja)	4.191	2.992	-29
Aubos e Fertilizantes	1.779	2.325	31
Indústria Cimenteira e Construção Civil	2.043	1.973	-3
Extração Vegetal e Celulose	1.624	1.942	20
Cimento	1.151	1.236	7
Conteiner	912	984	8
Carga Geral - Não Containerizada	43	124	188
Total	173.023	181.326	5

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em junho de 2012, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 55 milhões de toneladas, montante 4% inferior ao averiguado em junho do ano anterior. O modo marítimo continua apresentando a maior participação nas movimentações, com 94%. No acumulado do ano, a movimentação total de exportação e importação foi 1% inferior a observada no mesmo período de 2011.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação %	
	jun/2012	jan-jun/2012	jun-2012 / jun-2011	Acumulado do ano
Marítimo	52.058	299.323	-4	-1
Fluvial	1.301	6.389	-17	-25
Aéreo	142	714	-100	-6
Ferrovário	50	302	-12	-4
Rodoviário	806	5.324	-11	3
Outros*	861	4.660	19	6
Total	55.218	316.712	-4	-1

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

*Linha de transmissão, tubo-conduto, postal, próprio, lacustre.

7. Investimentos Privados em Infraestrutura

7.1. Desembolsos do BNDES

Em maio de 2012, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 3,6 bilhões, valor 7% superior ao valor aportado em abril do ano anterior. Em 2012, até maio, o desembolso do BNDES totalizou R\$ 16,5 bilhões, montante 4% inferior ao observado no mesmo período 2011.

Desembolso mensal BNDES

Setor	mai/2011	jan-mai/2011	mai/2012	Participação %	jan-mai/2012	acum-12/acum-11
	R\$ milhão	R\$ milhão	R\$ milhão		R\$ milhão	%
Refino e Álcool	218	1.077	100	3	697	-35
Energia Elétrica e Gás Natural	893	3.625	1.611	45	6.018	66
Saneamento	152	717	66	2	654	-9
Telecomunicações	167	306	5	0	608	99
Transporte	2.427	11.573	1.802	50	8.572	-26
<i>Aéreo</i>	55	234	1	-	18	-92
<i>Aquaviário</i>	68	501	249	-	613	22
<i>Terrestre</i>	2.304	10.838	1.551	-	7.940	-27
Total Infraestrutura	3.857	17.298	3.583	100	16.550	-4

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

8. Execução do Orçamento da União (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada para o Orçamento da União de 2012 foi de, aproximadamente, R\$ 2,2 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 90 bilhões correspondem à alínea "investimentos", o que representa 4% do orçamento total de 2012 ou 2% do PIB de 2011, que totalizou R\$ 4,143 trilhões.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto e em relação ao orçamento total (R\$ 17,7 bilhões, ou 20% do orçamento de investimentos).

Do orçamento de investimentos da União para 2012, foram empenhados, até o dia 31 de julho, R\$ 26,6 bilhões (30% do autorizado). O montante liquidado foi de R\$ 7,7 bilhões e pago foi de R\$ 7,6 bilhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 24 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 17,7 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2012, R\$ 6,1 bilhões foram empenhados (35% do orçamento) até o dia 31 de julho. O montante liquidado foi de R\$ 731 milhões e o pago foi de R\$ 718 milhões. Os restos a pagar pagos somam R\$ 3,7 bilhões.

Cerca de 78% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 13,8 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 2,7 bilhões, ou 15%) e hidroviário (apenas R\$ 421 milhões).

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2012, cerca de R\$ 176 milhões em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 5,9 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 10,4 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 51,5 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2012.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 36% foram pagos até 31 de julho (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 30% do total de restos a pagar inscritos.

9. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (SIAFI) (Tabela IV)

Para 2012, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 48,6 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 36% no Ministério das Cidades (R\$ 17,5 bilhões) e 32% no Ministério dos Transportes (R\$ 15,5 bilhões), principais executores do chamado “PAC Orçamentário”, que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou 38% do orçamento autorizado, até 31 de julho. A liquidação e o pagamento realizado foi de R\$ 4,7 bilhão. Os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R\$ 15,6 bilhões. Restam R\$ 22,4 bilhões em restos a pagar não pagos nos projetos do PAC Orçamentário.

10. Execução do Orçamento das Estatais (MPOG) (Tabela V)

Em 2012, as empresas estatais e agências de fomento apresentaram dotação autorizada para investimentos no valor de R\$ 107 bilhões. Foram executados, até o terceiro bimestre, investimentos no valor de R\$ 42 bilhões, equivalentes a 39% da dotação autorizada para 2012. Esse valor foi 21% superior ao desembolsado em 2011, no mesmo período.

Em relação às Estatais vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, a dotação de investimentos para 2012 foi de R\$ 97 bilhões. As despesas totais realizadas foram de cerca de R\$ 40 bilhões, o que representa 41% do total executado.

Entre as empresas estatais, o Grupo Petrobras concentra 81% da dotação autorizada para as Estatais em 2012 e respondeu por 90% da despesa realizada até o terceiro bimestre do ano, num total de R\$ 38 bilhões (execução de 44% de sua dotação).

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2012 Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 31/07/2012*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.022	149	15	10	1	10	1	317	326	492
MAPA	1.829	304	17	4	0	2	0	368	370	570
MCT	1.744	326	19	139	8	124	7	427	551	580
MDIC	0	0	-	10	-	9	-	38	48	42
MME	124	33	26	9	7	8	7	22	30	17
M. Transportes	17.714	6.186	35	731	4	718	4	3.722	4.439	6.584
M. Comunicações	103	7	7	1	1	0	0	31	31	32
MMA	218	14	7	2	1	2	1	35	38	10
MDA	2.190	132	6	25	1	25	1	414	439	481
M. Defesa	11.390	4.566	40	1.828	16	1.779	16	1.717	3.496	1.986
M. Int. Nacional	6.781	1.995	29	685	10	683	10	1.195	1.878	4.260
M. das Cidades	9.644	2.505	26	271	3	268	3	1.536	1.804	8.990
Outros**	37.411	10.407	28	4.017	11	3.979	11	6.650	10.629	15.082
Total	90.169	26.625	30	7.730	9	7.607	8	16.471	24.079	39.127

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

** Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes – OGU 2012 Investimentos – Por Modalidade

Valores em final de período - atualizados até 31/07/2012*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferroviário	2.715	692	25	101	4	99	4	379	478	1.259
Hidroviário	421	58	14	6	1	6	1	14	20	221
Portuário	77	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rodoviário	13.833	5.292	38	615	4	604	4	3.255	3.859	4.811
Outros	669	144	21	9	1	9	1	74	83	294
Total	17.714	6.186	35	731	4	718	4	3.722	4.439	6.584

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2012

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período - atualizados até 31/07/2012* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	176	(4)	84	88
União	5.871	(402)	1.347	4.121

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Restos a Pagar Não-processados

Valores em final de período - atualizados até 31/07/2012* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	10.422	(287)	3.638	6.496
União	51.525	(1.392)	15.124	35.006

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2012 PAC - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 31/07/2012*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f = d + e)	RP a pagar
Presidência da República	996	645	65	573	58	573	58	182	755	348
M. Planejamento	1.715	0	0	0	-	0	-	0	0	0
MAPA	0	0	-	0	-	0	-	1	1	0
MCT	0	0	-	0	-	0	-	12	12	0
M. Fazenda	80	0	0	0	0	0	0	550	550	80
MEC	4.294	1.443	34	574	13	570	13	436	1.006	582
MME	22	0	0	0	0	0	0	0	0	0
M. Justiça	385	59	15	28	7	26	7	59	85	133
M. Saúde	2.229	1.229	55	484	22	484	22	597	1.081	2.734
M. Transportes	15.515	6.256	40	698	4	685	4	3.712	4.397	6.339
M. Cultura	301	297	99	10	3	10	3	7	18	21
MDA	1.289	0	0	0	0	0	0	162	162	32
M. Defesa	1.528	138	-	16	-	15	-	134	150	135
M. Integr. Nacional	2.761	696	25	223	8	222	8	799	1.021	2.133
M. Turismo	0	0	-	0	-	0	-	0	0	0
M. Cidades	17.543	7.720	44	2.123	12	2.121	12	8.958	11.079	9.897
Total	48.657	18.483	38	4.730	10	4.708	10	15.609	20.317	22.435

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela V - Orçamento de Investimentos – 2012 Estatais e Agências de Fomento

			R\$ milhão		
Por órgão: Ministérios	Dotação	Despesa realizada Até 3º bim.	Por Subfunção	Dotação	Despesa realizada Até 3º bim.
Minas e Energia	97.102	40.035	Produção Industrial	2.131	1.253
Comunicações	1.247	170	Energia Elétrica	10.534	2.330
Transportes ¹	0	0	Combustíveis Minerais	75.077	33.038
Defesa	7	1	Transporte Aéreo	1.947	352
Outros	8.653	1.689	Transporte Hidroviário	2.418	614
Total	107.010	41.895	Transportes Especiais	5.420	1.859

¹Refere-se, apenas, à Cia Docas do Maranhão - CODOMAR

Por Função	Dotação	Despesa realizada Até 3º bim.	Por Unidade	Dotação	Despesa realizada Até 3º bim.
Indústria	1.368	1.157	Grupo Eletrobrás	10.278	2.141
Comunicações	1.245	170	Grupo Petrobras	86.534	37.894
Energia	96.004	38.933	Cias DOCAS ²	1.112	85
Transporte	3.217	481	Infraero ²	2.012	370

Fonte: Portaria n.º 11/2012 do MPOG.

²Despesas alocadas na Presidência da República.

Documento elaborado com dados disponíveis até 3 de agosto de 2012.